



Universidade de Brasília – UnB
Faculdade UnB de Planaltina - FUP

DIEGO FONSECA DE MELO

**O papel da Extensão Rural e do Cooperativismo na inserção do uso de ferramentas
de gestão e desenvolvimento de produtores rurais familiares: O caso da
Cooperativa Multiflor**

Universidade de Brasília – UnB
Planaltina/DF

2013



Universidade de Brasília – UnB

Faculdade UnB de Planaltina - FUP

DIEGO FONSECA DE MELO

O papel da Extensão Rural e do Cooperativismo na inserção do uso de ferramentas de gestão e desenvolvimento de produtores rurais familiares: O caso da Cooperativa Multiflor

Relatório apresentado a Faculdade UnB de Planaltina FUP, Universidade de Brasília – UnB, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Gestão do Agronegócio.

Orientadora: Prof.^a Luciana de Oliveira M. Gomes

Supervisora de Estágio: Regina Lucia da Cunha Lima

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado forças ao trilhar este caminho tão importante na trajetória da minha vida, sem fé eu nem mesmo haveria começado.e também por ter me dado a oportunidade de fazer parte da Universidade de Brasília, cuja experiência que me proporcionou será eterna.

Agradeço a Deus também pelo meu filho, Isaac, que no fim desta jornada foi o meu amparo ao cansaço e o meu maior incentivo para que continuasse sempre seguindo em frente.

Agradeço aos mestres que dedicaram seu precioso tempo na construção de seres humanos com capacidade para novos aprendizados, e também desenvolvem profissionais competentes dispostos e prontos para enfrentar novos desafios. Especialmente agradeço a minha orientadora de estágio, Luciana Gomes, pela paciência e dedicação em dar toda a orientação necessária para que pudesse concluir este trabalho.

Agradeço especialmente aos meus pais, Jesus e Gloria, que durante toda essa jornada, me apoiaram nos momentos difíceis, me dando sempre todo o suporte necessário em momentos em que o tempo parecia fugir pelas mãos. Eles que mesmo com as preocupações e problemas pessoais, sempre me deram forças para continuar essa jornada, sendo eles um dos motivos pelo qual eu nunca desisti e me esforço dia-após-dia. E também ao meu irmão e amigo, Kaio.

Agradeço a minha esposa Úrsula, que nos momentos difíceis, teve a paciência necessária para me apoiar.

Agradeço à Emater-DF, especialmente a equipe do escritório local do Núcleo Rural Rio Preto, que não só modelaram algumas das competências de um bom profissional, porém mais que isso, transformaram o “aluno perdido” em um profissional que tem consciência de que cada um pode ter algo a ensinar,e puderam proporcionar um ambiente agradável onde a humildade esteve sempre à frente e também onde sei que fiz bons amigos que levarei pra vida, e neles me espelho. Especialmente agradeço a minha Supervisora Regina Lima e ao Gerente do escritório, Rodrigo Marques, que com muita paciência e compreensão sempre me deram a orientação necessária para que cumprisse o meu trabalho.E demais colegas de trabalho: Flavio, Maia, Severino, Amanda, Marcus, Sedma, Ildomar e Dalva.

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho aos meus pais, Jesus e Gloria, que com a força de Deus, ainda fazem da vida uma jornada inspiradora, sempre me ajudando a proporcionar as várias oportunidades que eles não tiveram, e acreditam que o conhecimento, o bom senso, a humildade e principalmente o trabalho são elementos essenciais para criar pessoas bem sucedidas e capazes de construir um bom futuro.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo estudar o caso da Cooperativa de Produtores de Flores e Plantas Ornamentais do Distrito Federal – Multiflor, demonstrando como uma cooperativa instalada em uma área de produtores familiares pode influenciar na capacitação dos produtores que estão nela inseridos. Para tanto foi elaborado a revisão de literatura, discutindo os seguintes temas: conceitos de administração rural e suas respectivas ferramentas, conceitos de cooperativismo, conceitos de agricultura familiar e conceitos de extensão rural. Para a realização do presente trabalho foi pesquisado e analisado o histórico e o acompanhamento das atividades realizadas na Cooperativa dos Produtores de Flores e Plantas Ornamentais do Distrito Federal - Multiflor com o intuito de verificar o seu crescimento desde a sua criação até o momento atual e a trajetória de seus associados, comparando como era a administração e a renda, provinda das atividades realizadas no ramo da Cooperativa estudada, e suas produções antes e depois de entrarem na Cooperativa, ou seja, acompanhar a evolução financeira e técnica da Cooperativa e de seus cooperados. Durante a análise foi constatado que num primeiro momento foi realizado um diagnostico estudando a viabilização de produção de flores e plantas ornamentais naquela região. Conclui-se então que para alcançar êxito no fortalecimento desta Cooperativa, várias frentes de trabalho precisam ser incrementadas como: diagnóstico mais completo da cadeia produtiva da floricultura no Distrito Federal, ações de comercialização, dispor a Cooperativa de infraestrutura física, estrutura administrativa, capacitações dos produtores, inserção dos produtores e da própria empresa na rede mundial de computadores, melhoria da estrutura de produção nas propriedades e infraestrutura de logística de comercialização. Assim, a Multiflor vem procurando ampliar tanto o número de cooperados familiares, quanto o mix de seus produtos, passando a produzir também flores de corte e paisagismo. A Floricultura no Distrito Federal, através da Multiflor, dará oportunidade para mulheres e jovens rurais excluídos socialmente da sociedade de obter renda e aumentar a autoestima e se tornarem cidadãos pequenos empreendedores rurais.

SUMÁRIO

Capítulo 1 - Introdução	7
1.1 Caracterização da Empresa	7
1.1.1 Dados do Objeto de estudo.....	8
1.2. Objetivo geral	8
1.2.1 Objetivos específicos.....	8
1.3 Justificativa	8
Capítulo 2 – Revisão de Literatura.....	9
2.1 Administração Rural	9
2.1.1 O Papel do Administrador	9
2.2 Ferramentas para a Gestão da Empresa Rural.....	11
2.2.1 Planejamento da Produção	11
2.2.2 Gestão Financeira e de Custos	12
2.2.3 Gestão da Qualidade	12
2.2.4 Marketing	13
2.2.5 Comercialização	13
2.2.6 Contabilidade Rural	14
2.3 Agricultura Familiar	16
2.4 Breve histórico das primeiras cooperativas no mundo	18
2.4.1 Caracterização geral do cooperativismo no Brasil	19
2.4.2 Conceitos de Cooperativismo	21
2.4.3 Princípios do cooperativismo	24
2.5 O Papel da Extensão Rural	27
Extensão Rural	27
2.5.1 A extensão rural e o papel de promover o desenvolvimento rural	28
Capítulo 3 - Aspectos Metodológicos.....	29
Capítulo 4 – Análises dos Resultados.....	31
Capítulo 5 - Considerações Finais.....	37
Bibliografia	39

Capítulo 1 - Introdução

O agronegócio contribui significativamente na composição do Produto Interno Bruto brasileiro. Logo, os produtos que são comercializados tanto interna quanto externamente têm em sua procedência uma cadeia composta por elos que interagem para garantir o insumo na produção, o beneficiamento do produto e a comercialização. Entretanto essas relações vão além da produção. A empresa rural como é denominada deve necessariamente trazer as noções de gestão para sua propriedade, pois, além dos segmentos inseridos na técnica da produção, também é necessário que se conduzam lidando com gestão de recursos humanos, finanças e administração de custos rurais e meio ambiente.

Desta maneira, as inúmeras mudanças no agronegócio brasileiro trazem a necessidade do uso de ferramentas de gestão nas propriedades rurais, tornando esse conhecimento um diferencial competitivo para os pequenos agricultores familiares. Segundo Crepaldi (2005), toda propriedade rural que possui capital investido, operando no setor agropecuário e comercializando seus produtos, tendo como objetivo principal a sobrevivência, o crescimento e o lucro podem ser considerados uma empresa rural, dessa forma, as propriedades rurais que se encaixam nesse contexto podem ser comparadas a uma empresa. O gerenciamento deve ocorrer baseado nas ideologias descritas na Escola do Processo Administrativo, que visa à concepção administrativa como um processo de aplicação de princípios e de funções para o alcance de objetivos. O processo administrativo é formado pelas várias funções do administrador. Planejamento, organização, direção e controle, que consideradas separadamente, constituem as funções administrativas, quando visualizadas na sua abordagem total, elas formam o processo administrativo (BATEMAN e SNELL, 1998).

1.1 Caracterização da Empresa

Este trabalho vem estudar o caso da Cooperativa de Produtores de Flores e Plantas Ornamentais do Distrito Federal – Multiflor, demonstrando como uma cooperativa instalada em uma área de produtores familiares pode influenciar na capacitação dos produtores que estão nela inseridos. Será demonstrado como uma cooperativa pode influenciar o uso de ferramentas administrativas por parte dos produtores familiares que são associados a ela, analisando por exemplo, como era a forma e capacidade de produção e comercialização no momento em que se associaram na cooperativa e qual a situação atual.

1.1.1 Dados do Objeto de estudo

Razão Social: Cooperativa dos Produtores de Flores e Plantas Ornamentais do DF –

Nome Fantasia: Multiflor.

Área de Atuação: Floricultura

Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica: 11.111.202/0001-27

Endereço: Núcleo Rural Rio Preto, DF 320, Km 10, Galpão da Multiflor, Planaltina-DF

E-mail: multiflor.riopreto@gmail.com

Telefone: (61) 99220257

1.2. Objetivo geral

Analisar como uma cooperativa pode auxiliar a desenvolver a inserção de ferramentas de gestão em propriedades familiares.

1.2.1 Objetivos específicos

- Estudar conceitos de administração.
- Analisar as ferramentas de gestão que possam auxiliar o desenvolvimento dos produtores familiares.
- Demonstrar como a extensão rural juntamente com o cooperativismo pode possibilitar o desenvolvimento produtivo de produtores rurais familiares.
- Estudar assuntos relacionados ao cooperativismo.
- Analisar como os cooperados da Multiflor administravam suas culturas antes e depois de se associarem a cooperativa.
- Analisar como se desenvolveu a produção de flores e plantas ornamentais dos cooperados da Multiflor antes e depois de se associarem a cooperativa.

1.3 Justificativa

A pesquisa se explica pelo fato de que o investigador ter acompanhado a fundação e o desenvolvimento da Cooperativa Multiflor, dando ao mesmo acesso às informações e documentos que em outra situação, não seria possível. A riqueza dessas informações é que justificam o foco em estudo de caso.

Capítulo 2 – Revisão de Literatura

Este capítulo tem como objetivo ilustrar os conceitos relativos a esta pesquisa a fim de dar suporte para responder as questões apresentadas serão abordados assuntos relativos à administração voltada para área rural, agricultura familiar, extensão rural e cooperativismo.

2.1 Administração Rural

A administração rural se direciona em quatro funções básicas: o planejamento, a organização, a direção e o controle. Podemos definir os conceitos destas funções da seguinte forma: Planejar: é antecipar o que se deve fazer, com que recursos e em que quantidades, para que os objetivos da empresa sejam alcançados; Organizar: remete a arrumar, colocar à disposição as ferramentas disponíveis para que sejam usadas afim de possibilitar o funcionamento do processo; Dirigir: fazer com que as pessoas façam o que precisa ser feito, ou seja, fazer comunicar a elas o que deseja e como deve ser feito; Controlar: requer uma avaliação dos resultados para que estes sejam alcançados afim de concretizar o que foi planejado. Tais conceitos são perfeitamente aplicáveis à empresa rural.

Holz apud Colbek (2006, p.18) diz, enfim, que a “a administração rural é a ciência que ajuda o produtor a entender as suas decisões. É onde estão as informações necessárias para os técnicos ajudarem os produtores a tomar as decisões”. E complementa:

A busca da eficiência no setor agrícola faz da administração um fator de produção capaz de fazer ou quebrar o negócio. Neste caso, a administração faz o papel de cérebro enquanto que o trabalho faz o papel de músculo. Pois na agricultura precisa-se de terra, capital, trabalho e cérebro para ser bem-sucedido.

2.1.1 O Papel do Administrador

O principal papel do administrador rural, segundo Marion et al (2008), é planejar, decidir e avaliar os resultados, visando à maximização dos lucros, à permanente motivação e ao bem estar social de seus empregados. O conjunto das ações de decidir o que, quanto, quando e como produzir, controlar o andamento dos trabalhos e avaliar os resultados constitui o campo de ação do administrador rural. Para que essas decisões sejam eficazes, o administrador deve conhecer os fatores que afetam os resultados econômicos, que são de natureza externa e interna.

De acordo com Santos et al (2008), o administrador não tem controle sobre os fatores externos. Portanto ele deve buscar informações para tomar as decisões que lhe permitam ajustar-se a estes fatores, aproveitando ao máximo as condições favoráveis. A forma de conhecê-los é manter um sistema de informações para obter o histórico dos preços dos produtos explorados, para acompanhar e analisar o comportamento do mercado, uma vez que a maioria dos produtos agropecuários não possui controle e depende da lei de oferta e da procura. Quanto aos fatores internos, o administrador tem controle direto. Por isso, deve conhecê-los bem, para poder tirar o maior proveito, acompanhando e analisando-os em relação a sua capacidade de prestar serviços.

O administrador rural deve ter consciência de que quanto maior for o seu conhecimento sobre a estrutura, o funcionamento da unidade e os fatores de produção, maiores serão as possibilidades de melhorar seus resultados econômicos. O controle eficiente permite que os resultados globais sejam conhecidos através dos resultados parciais. Isto permite agilizar as decisões durante o processo produtivo, de acordo com as etapas ou operações. Para contribuir no controle de uma empresa, pode ser usado o sistema de custos, que segundo Santos et al (2008) é um conjunto de procedimentos administrativos que registra, de forma sistemática e contínua, a efetiva remuneração dos fatores de produção empregados nos serviços rurais.

Os principais objetivos de um sistema de custos segundo Santos et al (2008), são:

- Auxiliar a administração na organização e controle da unidade de produção, revelando ao administrador as atividades de menor custo, as mais lucrativas, às operações de maior e menor custo e as vantagens de substituir umas pelas outras;
- Permitir uma correta valorização dos estoques para apuração dos resultados obtidos em cada cultivo ou criação;
- Oferecer bases consistentes e confiáveis para projeção dos resultados e auxiliar o processo de planejamento rural, principalmente quando o administrador precisa decidir o que plantar, quando plantar e como plantar;
- Orientar os órgãos públicos e privados na fixação de medidas, como garantia de preços mínimos, incentivo à produção de determinado produto em escala desejada, estabelecimento de limites de créditos etc.

O sistema permitirá ao administrador, apontar eficiente e sistematicamente a existência de gastos não necessários, que estejam reduzindo a lucratividade da exploração.

2.2 Ferramentas para a Gestão da Empresa Rural

2.2.1 Planejamento da Produção

O planejamento e o controle da produção buscam gerenciar as atividades da operação produtiva de modo a atender às necessidades do consumidor, ou seja, procura conciliar o fornecimento de bens e serviços com a demanda. De acordo com Batalha et al (2005), o planejamento e o controle da produção pode ser compreendidos como um sistema de informação onde os dados obtidos, processados e avaliados geram informações que possibilitam a tomada de decisão de objetivos, meta e ações de longo, médio e curto prazo. Assim tal planejamento busca responder as questões levantadas anteriormente como: o que, quanto, quando e como produzir.

- O que produzir: trata-se da decisão de quais produtos, ou combinação deles serão produzidos, levando em consideração os recursos disponíveis e o retorno desejado. Para tanto, é necessário considerar três variáveis fundamentais: a restritividade dos recursos, as condições de mercado impostas e a necessidade de produção para o autoconsumo.
- Quanto produzir: está vinculado à decisão do que produzir e às restrições impostas pelo mercado e pelo autoconsumo, essa questão procura definir a compatibilidade entre máxima quantidade produtiva recomendada (ou contratada) e máxima possível (área disponível) pelo estabelecimento rural. Deve-se ressaltar a quantidade mínima economicamente viável de cada produto. Dependendo das características deste, o processo de estocagem deve ser considerado na definição da quantidade produzida.
- Quando produzir: remete observar os principais requisitos para alcançar canais de comercialização, e entre os mais dinâmicos está o atendimento, sem falhas das encomendas. Nesse sentido, é necessário considerar o tempo de produção de cada atividade, além dos imprevistos inerentes ao processo produtivo. Isso implica na adoção de técnicas de gerenciamento que controlem cada etapa do processo, considerando significativos riscos das variações climáticas existentes.
- Como produzir: vem tratar da parte operacional da atividade gerencial. Identificado o trinômio o que/quanto e quando produzir deve-se, então, determinar etapas produtivas e as tarefas intrínsecas a cada etapa. Ou seja, devem-se definir quais tarefas será realizado, como realizá-las, com quais recursos e em qual local executá-las, (BATALHA et al, 2005).

2.2.2 Gestão Financeira e de Custos

Para enfrentar os novos desafios impostos pelo mercado, os produtores devem adotar sistemas de apuração de custos, possibilitando ao administrador tomar decisões de forma eficaz e segura. A administração dos recursos financeiros e orçamentários de um estabelecimento rural tem por objetivo avaliar a viabilidade dos investimentos produtivos diante dos recursos disponíveis. Informações a respeito das receitas e das despesas da empresa devem ser identificadas, analisadas e interpretadas para facilitar a escolha entre alternativas de produção mais viáveis (BATALHA et al, 2005).

Trata-se de um instrumento informativo que aprimora progressivamente todos os processos realizados na empresa. Auxilia o administrador a identificar as atividades de menor custo, as mais lucrativas e as vantagens de substituir umas pelas outras. É possível, ainda por meio desses procedimentos administrativos, decidir adequadamente sobre investimentos e/ ou financiamentos de recursos para a unidade produtiva (BATALHA et al, 2005).

Para tanto, é necessário o registro sistemático das informações contábeis e não contábeis do empreendimento. Evidentemente, o grau de sofisticação e modernidade desses registros deve ser compatível com o tamanho e o nível de desenvolvimento do estabelecimento. Mesmo as pequenas unidades produtivas familiares, que dispõe de poucos recursos, devem, no mínimo, coletar informações sobre receitas e despesas do empreendimento. Mesmo que de forma manual, tais registros subsidiarão decisões mais consistentes e eficazes do que aquelas tomadas de forma apenas intuitivas (BATALHA et al, 2005).

2.2.3 Gestão da Qualidade

Atualmente, questões como segurança alimentar e segurança dos alimentos, fazem-se cada vez mais presentes. A simples garantia de acesso ao alimento não é fator determinante para assegurar a vida saudável de todos os indivíduos, mesmo que estes tenham alimentos em quantidades suficientes. Além de garantir a segurança alimentar, é necessária a segurança do alimento, uma vez que estes, sem terem qualidade mínima necessária para uma boa alimentação deixam de ser passíveis de consumo sob pena de serem danosos à saúde humana (BATALHA, 2005).

Garantir a qualidade dos produtos significa desenvolver mecanismos internos à propriedade, como rotinas, comportamentos, mentalidades e outros, voltados à obtenção de produtos com um conjunto mínimo de características e atributos. Nesse sentido, princípio de higiene e limpeza, organização e boas práticas de produção devem ser adotadas, além da identificação e do controle dos aspectos mais críticos associados direta ou indiretamente à obtenção desses produtos (BATALHA et al, 2005).

2.2.4 Marketing

De acordo com Batalha et al (2005), o conceito de Marketing pode ser definido como “um processo social e de gestão pelo qual indivíduo e grupo obtêm, o que necessitam e querem através da criação, oferta e troca de produtos e valores com os outros”. Nesse contexto marketing age como estimulador de transações, podendo ser visto como um redutor de custos que facilita o processo de trocas. Além disso, sua adoção permite maior velocidade de adaptação diante de mudanças ambientais. Segundo este mesmo autor, considerando o ambiente marketing operacional, voltado para atividades de curto prazo, deve-se desenvolver elementos do chamado composto de marketing.

- Produto: novo produto, embalagens, marca certificação.
- Distribuição: transporte, distribuição, cadeia do frio, embalagens.
- Preço: custo de produção, margem de lucro, preço de venda.
- Promoção: propaganda, promoção e venda pessoal.

2.2.5 Comercialização

A comercialização pode ser definida como a troca de bens e serviços entre agentes econômicos. Como fruto dessas trocas, os agentes efetuam as chamadas transações, as quais fundamentam o funcionamento do sistema econômico. Segundo Batalha et al (2005), o sistema de comercialização agrícola pode ser considerado um mecanismo primário para a coordenação das atividades de produção, distribuição e consumo. Por meio desse mecanismo, quanto maior a coordenação entre os componentes do sistema, menores os custos de transformação de cada um deles. Neste sentido tem se buscado forma de comercialização diferenciada sejam através do mercado de spot, feiras livres, franquias, parcerias e contratos. Outra forma de comercialização é através de organizações como cooperativas de pequenos agricultores. Desta forma, novas maneiras

de comercialização têm sido adotadas entre os agricultores (fornecedores) e seus compradores.

2.2.6 Contabilidade Rural

A contabilidade pode ser estudada de modo geral (para todas as empresas) sejam agrícolas ou comerciais ou em particular (aplicado a certo ramo de atividade ou setor da economia). Borilli et al (2005), define Contabilidade Rural como sendo “aquela que tem normas baseadas na orientação, controle e registro de atos e fatos ocorridos e praticados por uma empresa cujo objeto do comércio ou indústria seja a agricultura ou pecuária”. Quando estudada de forma genérica, a contabilidade é denominada contabilidade geral ou contabilidade financeira. Quando aplicada a um ramo específico, normalmente é denominada de acordo com a atividade daquele ramo.

Assim sendo na agricultura temos vários tipos de contabilidade:

- Contabilidade Agrícola: é a Contabilidade Geral aplicada às empresas rurais agrícolas;
- Contabilidade Rural: é a Contabilidade Geral aplicada às propriedades rurais;
- Contabilidade Zootécnica: é a Contabilidade Geral aplicada às empresas que exploram a zootecnia;
- Contabilidade da Pecuária: é a Contabilidade Geral aplicada às empresas pecuárias;
- Contabilidade da Agroindústria: é a Contabilidade Geral aplicada às empresas agroindustriais.

A contabilidade rural é um instrumento da função administrativa que tem a finalidade de controlar o patrimônio das entidades rurais, apurarem os resultados das mesmas e prestar informações sobre o patrimônio e o resultado das empresas rurais aos diversos usuários das informações contábeis. É um dos principais sistemas de controle e informações das propriedades rurais. Com a análise do Balanço Patrimonial e da demonstração do Resultado do Exercício é possível verificar a situação da empresa, sob os mais diversos enfoques, tais como análise de estrutura, de evolução, de solvência, de garantia de capitais próprios e de terceiros, de retorno de investimento, entre outros.

A Contabilidade Rural também fornece informações sobre condições de expandir-se sobre necessidade de redução de custos ou despesas, necessidade de busca de recurso, etc (BORILLI et al, 2005), O mesmo autor relata que, uma ferramenta pouco

utilizada pelos produtores rurais, é sem dúvida, a Contabilidade Rural, pois é vista como uma técnica complexa, com baixo retorno na prática. É conhecida apenas para a Declaração do Imposto de Renda, e os produtores não demonstram interesse na sua aplicação gerencial. Dentre outros fatores, vale ressaltar que tem contribuído para isso a deficiência dos sistemas contábeis, responsáveis em retratar as características da atividade agropecuária, bem como, a falta de profissionais capacitados na transmissão de tecnologias administrativas aos produtores rurais, daí, a não inclusão da Contabilidade Rural como instrumento de políticas governamentais agrícolas ou fiscais.

No entanto Borilli et al (2005), comenta que a Contabilidade Rural aplicada ao ambiente rural está vinculada às normas e conceitos contábeis. As pessoas físicas, tidas como grandes produtores, são equiparadas às pessoas jurídicas, devendo manter a escrituração regular, por intermédio de um profissional contábil, utilizando o método das partidas dobradas. Embora, os pequenos e médios produtores rurais estejam dispensados, para fins de Imposto de Renda de utilizarem a contabilidade rural, muitas vezes, apenas um livro caixa é disponibilizado para efetuar uma escrituração simplificada, mas isto não os impede de adotá-la.

O ponto fundamental na contabilidade é o uso da informação contábil como ferramenta para a administração por meio de Balanços Patrimoniais, Demonstração de Resultados e outros relatórios, tornando-se, portanto, importante instrumento gerencial. Borilli et al (2005), coloca ainda, que a contabilidade de custos de uma propriedade rural deve atender a três objetivos básicos:

- Determinação do lucro utilizando os dados dos registros convencionais de contabilidade, ou compilando-os de maneira diferente para que sejam mais úteis à administração de custos;
- Controle das operações e dos estoques, estabelecimentos de padrões e orçamentos, comparação entre o custo real e o custo orçado e ainda previsões;
- Tomada de decisão, formação de preços, quantidade a ser produzida, que produto produzir, corte de produtos, comprar ou fabricar.

A contabilidade de custos foi inicialmente desenvolvida para fornecer dados de custos apropriados às demonstrações financeiras (contábil) segundo os princípios fundamentais de contabilidade, porém teve uma importante evolução nas últimas décadas, tornando-se uma arma de contabilidade gerencial, inclusive na propriedade rural (BORILLI et al, 2005).

Borilli et al (2005), descreve que a finalidade da Contabilidade Rural é de orientar as operações agrícolas e pecuárias; medir e controlar o desempenho econômico-financeiro da empresa e de cada atividade produtiva; apoiar as tomadas de decisões no planejamento da produção, das vendas e investimentos; auxiliar nas projeções de fluxos de caixa, permitir comparações à performance da empresa com outras; conduzir as despesas pessoais do proprietário e de sua família; justificar a liquidez e capacidade de pagamento junto aos credores; servir de base para seguros, arrendamentos e outros contratos, e gerar informações para a Declaração do Imposto de Renda.

2.3 Agricultura Familiar

A agricultura familiar brasileira é extremamente diversificada, inclui tanto famílias que vivem e exploram minifúndios, em condições de extrema pobreza, como produtores inseridos no moderno agronegócio e que logram gerar renda muitas vezes superior à aquela que define a linha da pobreza (BATALHA et al, 2005). A diferenciação dos agricultores familiares está associada à própria formação dos grupos ao longo da história, à heranças culturais variadas, à experiência profissional e vida particular, ao acesso e à disponibilidade diferenciada de um conjunto de fatores, entre os quais, os recursos naturais, o capital humano e o capital social, e assim por diante. A diferenciação também está associada à inserção dos grupos em paisagens agrárias muito diferentes umas das outras, ao acesso diferenciado ao mercado e à inserção socioeconômica dos produtores, resultado tanto das condições particulares dos vários grupos como de oportunidades criadas pelo movimento da economia como um todo, pelas políticas públicas, e outros (BATALHA et al, 2005).

Os agricultores familiares não se diferenciam apenas em relação à disponibilidade de recursos e à capacidade de geração de renda e riqueza; diferenciam-se também em relação às potencialidades e restrições associadas tanto à disponibilidade de recursos e de capacitação/aprendizado adquirido quanto à inserção ambiental e socioeconômica, que podem variar radicalmente entre grupos de produtores. O universo diferenciado de agricultores familiares é composto por grupos com interesses particulares e estratégias próprias de sobrevivência e de produção que reagem de maneira diferenciada a desafios, oportunidades e restrições semelhantes e que, portanto, demandam tratamento compatível com as diferenças (BATALHA et al, 2005).

Em países capitalistas, a base social do desenvolvimento agrícola é formada por unidades produtivas, onde a gestão, o trabalho e as regras de sucessão patrimonial são predominantemente familiares Batalha et al (2005). O mesmo autor define a agricultura familiar da seguinte maneira.

- A gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento;
- A maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família;
- A propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu âmbito que se realiza sua transmissão em caso de falecimento dos responsáveis pela unidade produtiva e, se enquadra na classe de agricultores familiares quem obedece às seguintes condições:
 - A direção dos trabalhos realizados no estabelecimento deve ser feito pelo produtor rural;
 - A mão- de- obra familiar utilizada deve ser superior a contratada.

A definição de *agricultura familiar* pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) baseia-se nos seguintes critérios:

- Explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária;
- Residam na propriedade ou em local próximo;
- Não disponham, a qualquer título, de área superior a quatro módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor;
- Obtenham, no mínimo, 70% da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento;
- Tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando apenas eventualmente o trabalho assalariado, de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária, podendo manter até dois empregados permanentes;
- Tenham obtido renda bruta anual familiar acima de R\$ 6 mil e até R\$ 110 mil nos últimos 12 meses que antecedem a solicitação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), incluída a renda proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, por qualquer componente da família, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais.

Assim, a agricultura familiar não é um bloco homogêneo, já que seus diferentes segmentos podem ser divididos em três categorias básicas, estratificadas principalmente por renda, são elas:

- Familiar consolidada, integrada ao mercado, garantindo a reprodução econômica da família.
- Familiar de transição; Frágil em relação ao mercado, com renda familiar instável.
- Familiar de subsistência ou periférica, que engloba os que produzem para autoconsumo com venda de mão de obra sazonal, como os sem terra.

2.4 Breve histórico das primeiras cooperativas no mundo

De acordo com Pinho (1966), as primeiras experiências cooperativistas, denominadas de pré-cooperativas, surgem no final do século XVIII e início do século XIX na Inglaterra, França, Alemanha e em outros países da Europa como iniciativas contra as péssimas condições de vida dos trabalhadores. As mais antigas cooperativas de que se tem notícia são: a cooperativa dos trabalhadores dos estaleiros Woolwinch e Chatham, na Inglaterra (1760); a cooperativa de consumo dos tecelões de Fenwich, na Escócia (1769); e cooperativa de consumo inglesa, a Oldhan Co-operative Supply Company (1795). Depois desse período houve uma grande proliferação de cooperativas de consumo na Inglaterra. Entretanto, antes de 1844, todas as tentativas de se implementar cooperativas de consumo foram fracassadas, sobretudo em Brighton (1827), na Inglaterra, e em Guebwiller (1828) e Lyon (1835), na França.

Segundo Pinho (1966), existiram algumas experiências exitosas, quais sejam, a cooperativa de consumo de Rochdale e as cooperativas de crédito de Schlse-Delitzsch (cooperativa que leva o nome de seu criador e da cidade de Delitzsch, na Alemanha, onde surgiu por volta de 1849 para auxiliar a classe média urbana) e Raiffeinsen (cooperativa que foi fundada por Raiffeinsen, entre 1847-48, para atender as necessidades dos agricultores), que inspiraram outras cooperativas como as de Luzzatti, Haas e Wollemborg.

Depois de muitas tentativas, a experiência mais exitosa foi a Cooperativa de consumo do “Pobros Pioneiros de Rochdale”, constituída em 21 de dezembro de 1844, na cidade de Rochdale. Esta cooperativa foi fruto da iniciativa de 28 operários do setor têxtil, que buscavam melhorar suas vidas. Então em 24 de outubro de 1844 foi fundada “Rochdale Society Equitable Pioneers Limited”. Em 21 de dezembro do mesmo ano começou a funcionar como armazém cooperativo. Iniciou com um capital de 28 libras, o suficiente apenas para comprar uma pequena quantidade de manteiga, farinha de trigo,

aveia e vela. A sociedade cresceu rapidamente. Em 1845 eram 80 associados, enquanto o capital atingia 180 libras. Em 1851 já contava com 630 associados. Em 1857 atingiu 1850 associados. Depois de dez anos atingiu um número impressionante de 5.300 associados.

Segundo Klaes (2005), o sucesso de “Rochdale” inspirou o movimento cooperativista pelo mundo, de tal modo que os valores (solidariedade, igualdade, fraternidade, democracia, equidade, responsabilidade social, transparência) e os princípios (adesão livre e voluntária, controle democrático pelos sócios, participação econômica dos sócios, autonomia e independência, educação, treinamento e informação, cooperação entre cooperativas, preocupação com a comunidade) elaborados pelos “Probos Pioneiros” são, até hoje, com algumas pequenas mudanças, adotados pelo movimento cooperativista.

2.4.1 Caracterização geral do cooperativismo no Brasil

No Brasil, em linhas gerais, o cooperativismo trata-se de uma promoção das elites, numa economia predominantemente agroexportadora, não se tratando de um movimento vindo de camadas mais baixas dos produtores, mas imposto de cima para baixo (Rios, 1989). Para o mesmo autor, não ocorreu a criação de uma fórmula associativa, mas apenas sua importação e adequação aos interesses das elites políticas e agrárias, pois, enquanto movimento social operário, o cooperativismo europeu é um movimento de expressão urbana e, no Brasil, trata-se de movimento conservador, de elites, localizando-se, sobretudo no meio rural. É por isso que o cooperativismo agrícola brasileiro é, sobretudo, um cooperativismo de serviço e não propriamente de produção. A empresa presta serviços aos associados em função de seus estabelecimentos individuais, de maneira isolada, sendo, pois, um modelo bem adequado à concentração da propriedade fundiária.

O antigo Departamento de “Cooperativismo” da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo caracteriza o termo como a união de pessoas e a soma de esforços de cada um, onde a solidariedade é constante e permanente, uma vez que procura melhorar as condições econômicas e sociais dos povos, que se desenvolvem através da associação de pessoas, formando cooperativas, sendo seu objeto principal a valorização do homem e sua integração na comunidade. As Cooperativas podem ser vistas como instituições que surgem das necessidades destas pessoas promoverem

melhorias sociais e econômicas em suas vidas, e a conciliação dessas duas vertentes de modo satisfatório é que as torna um tipo especial de organização (Carvalho *et al.*, 1993).

Rios (1989) retrata que o cooperativismo resultou na criação de um modelo com características próprias, tratando-se de uma associação de pessoas e não de capital (*propriedade cooperativa*). A propriedade é atribuída aos associados, independentemente das contribuições financeiras individuais para a constituição da sociedade. Possui *gestão cooperativa*, isto é, o poder de decisão último é competência da assembleia dos associados. Finalmente, a distribuição das sobras financeiras de trabalho, no final de um período determinado, deve ser feita de maneira diversa da que ocorre numa empresa capitalista, que acontecem em função da participação nas operações da mesma (*repartição cooperativa*). A cooperativa acaba reunindo pessoas que têm interesses comuns, na qual todos têm os mesmos direitos e deveres definidos em seu estatuto. Assim, cada pessoa possui um voto, diferenciando-se das demais empresas porque não visa lucro e sim o atendimento das necessidades de seus cooperados.

Considerando-se uma tentativa de unificar duas interpretações aparentemente contrárias, a cooperativa pode ser concebida como um instrumento econômico com consequências sociais, e também como um instrumento social com consequências econômicas, por possuir dupla natureza, como empresa e associação. Entretanto, segundo Carvalho *et al.* (1993), a experiência tem mostrado que as organizações cooperativas cumprem sua função social somente depois de haver obtido êxito em sua dimensão econômica. Têm destacado papel na centralização do capital gerado no setor agrícola e, por realizarem diversas atividades, representam o elo de interação entre o sistema rural e o processo de desenvolvimento urbano-industrial. Quando exercem atividades agroindustriais, exigem das organizações rurais um desempenho eficiente no que se refere à produtividade e à qualidade da matéria prima.

A simplicidade dos ideais e doutrinas cooperativistas faz com que este modelo de empresa-associação possa ser aplicado de diferentes formas, seja na área agrícola ou urbana. Rios (1989) afirma que a cooperativa consegue atender a vários níveis de necessidades dos produtores em uma economia moderna, tanto capitalista como socialista, mantendo as características básicas de sua ideologia. Assim, são encontradas cooperativas agrícolas de serviços (rurais e urbanos), beneficiamento, crédito e centralizadoras (responsáveis pela captação e escoamento da matéria prima proveniente de outras cooperativas).

2.4.2 Conceitos de Cooperativismo

Cooperação

Cooperar é agir de forma coletiva, trabalhando junto em prol de um objetivo comum. A prática da cooperação educa e socializa a pessoa, expande as fronteiras culturais do ser humano, tornando-o mais aberto, flexível, participativo e solidário. Tais práticas, quanto mais cedo se instalarem no convívio em sociedade, mais cedo os ideais do cooperativismo se enraizarão na consciência da comunidade.

Cooperativismo

É uma doutrina socioeconômica fundamentada na liberdade humana e nos princípios cooperativos. A cultura cooperativista visa a desenvolver a capacidade intelectual das pessoas de forma criativa, inteligente, justa e harmônica, procurando a sua melhoria contínua. Os seus princípios buscam, pelo resultado econômico, o desenvolvimento social através da melhoria da qualidade de vida e da boa convivência entre seus cooperados.

Objetivos Sociais do Cooperativismo

As sociedades cooperativas podem, tendo como fim a viabilização da atividade de seus associados, adotar qualquer objeto, respeitando-se as limitações legais no sentido de não exercerem atividades ilícitas ou proibidas em lei. Vale lembrar que o ingresso nas cooperativas é livre a todos que desejarem utilizar os serviços prestados por ela, desde que adiram aos propósitos sociais e preencham as condições estabelecidas no estatuto da cooperativa conforme Lei federal nº 5.764, de 1971. As Cooperativas devem ser constituídas por no mínimo 20 pessoas físicas, sendo excepcionalmente permitida a admissão de pessoa jurídica que tenha por objetos as mesmas atividades econômicas das pessoas físicas, ou ainda aquelas sem fins lucrativos. Os objetivos sociais mais utilizados em sociedades cooperativas são os seguintes:

• Agropecuário

As cooperativas agropecuárias formam o grupo de maior expressão econômica no país, também corresponde a um dos segmentos de maior número com cooperativas. O ramo é composto pelas cooperativas de produtores rurais ou agropastoris e de pesca, cujos meios de produção pertencem aos próprios cooperados, mas que se unem para auferir ganhos na operação em conjunto de suas atividades. Essas cooperativas, normalmente, abrangem toda a cadeia produtiva, desde o preparo da terra até o processamento da matéria prima e a comercialização do produto final.

- *Crédito*

Um dos ramos mais dinâmicos do cooperativismo. Neste tipo de sociedade, busca-se a melhor administração, através da ajuda mútua e sem fins lucrativos, dos recursos financeiros dos cooperados. Tais sociedades prestam serviços financeiros e de natureza bancária, com condições mais favoráveis, aos seus associados. Como são equiparadas às instituições financeiras tradicionais, seu funcionamento tem de ser regulamentado pelo Banco Central. Vale lembrar que uma cooperativa de crédito está submetida aos rigores da fiscalização do Sistema Financeiro Nacional, exigindo de seus gestores responsabilidade pelos seus atos, uma vez que estão sujeitos à Lei dos Crimes Contra o Sistema Financeiro Nacional (Lei 7.492).

- *Consumo*

Neste ramo, as cooperativas dedicam-se à compra, em comum, de artigos de consumo a fim de proporcioná-los aos cooperados com menor preço. Subdividem-se em fechadas e abertas. Sendo a primeira, aquelas que admitem somente as pessoas ligadas a uma mesma cooperativa, sindicato ou profissão. E a segunda, as que admitem qualquer pessoa que queira associar-se a ela.

- *Educacional*

Cooperativas educacionais surgiram a partir da deficiência do Estado de prover ensino público de qualidade e da incapacidade das famílias de bancar os altos custos do ensino particular. O papel de uma cooperativa educacional é de ser a gestora e mantenedora da escola. A escola deve funcionar de acordo com a legislação em vigor, da mesma forma que qualquer outra escola. No caso específico da cooperativa de ensino, é importante ver o empreendimento focando o ponto de vista social e ideológico, muito mais do que o econômico. Ficando claro que o objetivo maior é a formação educacional de crianças e adolescentes e não o lucro e sobras financeiras. Tais cooperativas são, basicamente, formadas por: professores, que se organizam como profissionais autônomos para prestarem serviços educacionais; por alunos de escolas agrícolas que, além de contribuírem para o sustento da escola, produzem mercadorias a serem comercializadas; por pais de alunos que buscam melhor educação aos seus filhos, administrando escolas e contratando professores.

- *Habitacional*

Essas são cooperativas diferenciadas, são criadas com um propósito único e temporário, um consórcio, com o objetivo de adquirir a casa própria. Portanto, tão logo esse objetivo é atingido, sua liquidação é posta em prática. Em um país como o Brasil, cujo déficit habitacional é evidente, tais cooperativas são de suma importância social, pois facilita, às famílias de baixa e média renda, o acesso à casa própria.

- *Infraestrutura*

Segmento constituído por cooperativas que visam a prestar, de forma coletiva, serviços de infraestrutura aos seus cooperados. No Brasil, são mais conhecidas como cooperativas de eletrificação. Tem como objetivo o fornecimento de energia elétrica às comunidades de seu entorno, seja gerando sua própria energia, ou repassando a energia de concessionárias através de suas linhas de transmissão. Como a eletrificação rural não é um empreendimento rentável para as concessionárias de energia elétrica, o meio rural ficou desprovido de tal serviço. Com o propósito de resolver esse problema, surgiram as cooperativas de infraestrutura. Nessas cooperativas, os próprios usuários mobilizam recursos de poupança e crédito para os investimentos, a fim de serem desenvolvidos os processos de construção da rede elétrica no meio rural.

- *Produção*

Cooperativas de produção são aquelas cujos associados contribuem com serviços laborais ou profissionais para a produção em comum de bens, e que a própria cooperativa detenha os meios de produção. É uma forma interessante para aqueles que querem deixar de ser assalariados, para descobrir as vantagens de constituir seu próprio negócio – a cooperativa - ou mesmo para os que não conseguem encontrar espaço no mercado de trabalho.

- *Saúde*

Basicamente, as cooperativas de saúde dedicam-se à prestação e promoção da saúde humana. Dividem-se em médicas, odontológicas, psicológicas e de usuários. É um ramo genuinamente brasileiro, pois surgiu no país. Presente em todo território brasileiro, presta serviço de saúde a grande parte da população, sendo de suma importância na sociedade.

- *Trabalho*

Essas cooperativas buscam melhorar a remuneração e as condições de trabalho dos seus associados. São constituídas por pessoas ligas ao uma determinada ocupação profissional. Para qualquer profissão pode-se criar uma cooperativa de trabalho, transformando-se no segmento de maior abrangência dentro do cooperativismo.

O grande desafio neste ramo é seu enquadramento legal, tanto no que se refere à legislação trabalhista como à cooperativista em si. O desvirtuamento dos atos cooperativos pode levar à constatação do vínculo empregatício conforme a Consolidações das Leis Trabalhista (CLT), dando espaço para medidas legais vindas do Ministério Público do Trabalho. Certamente é o ramo com maior potencial de crescimento, mas, também, é onde a complexidade jurídica mais prejudica sua atuação.

- *Transporte*

É uma espécie de cooperativa que poderia ser enquadrada no ramo trabalho, mas, devido às peculiaridades de sua atividade, tem denominação própria. As cooperativas de transporte dividem-se em modalidades: transporte individual de passageiros (taxi, moto taxi); transporte coletivo de passageiros (vans; ônibus); transporte de cargas (caminhões, motocicletas, furgões); transporte escolar (vans e ônibus).

- *Especiais*

A Lei federal 9.867, de 1999, possibilitou a criação de cooperativas de objeto social, tendo como intuito a organização e gestão de serviços sócio-sanitários, bem como educativos às pessoas que, de certa forma, precisam ser tuteladas ou que se encontram em situação desvantajosas. Desenvolvem suas atividades – agrícola, industriais, comerciais e de serviços – contemplando pessoas tais como: deficientes físicos, sensoriais, psíquicos, dependentes químicos, presidiários, etc. É importante ressaltar que nesse ramo as cooperativas devem ser geridas por um conselho de voluntários que não se enquadram nas referidas características dos cooperados que formam a cooperativa.

2.4.3 Princípios do cooperativismo

1 - Adesão voluntária e livre - Cooperativas são organizações voluntárias abertas para todas as pessoas aptas para usar seus serviços e dispostas a aceitar suas responsabilidades de sócio sem discriminação de gênero, social, racial, política ou religiosa.

2 - Gestão democrática pelos associados - as Cooperativas são organizações democráticas controladas por seus sócios, os quais participam ativamente no estabelecimento de suas políticas e nas tomadas de decisões. Homens e mulheres, eleitos pelos sócios, são responsáveis para com os sócios. Nas cooperativas singulares, os sócios têm igualdade na votação; as Cooperativas de outros graus são também organizadas de maneira democrática.

3 - Participação econômica dos associados - eles contribuem equitativamente e controlam democraticamente o capital de sua Cooperativa. Parte desse capital é usualmente propriedade comum da Cooperativa para seu desenvolvimento. Usualmente os sócios recebem juros limitados sobre o capital, como condição de sociedade. Os sócios destinam as sobras para os seguintes propósitos: desenvolvimento das Cooperativas, apoio a outras atividades aprovadas pelos sócios, redistribuição das sobras, na proporção das operações.

4 - Autonomia e Independência - as Cooperativas são organizações autônomas de ajuda mútua. Entrando em acordo operacional com outras entidades, inclusive governamentais, ou recebendo capital de origem externa, elas devem fazer em termos que preservem o seu controle democrático pelos sócios e mantenham sua autonomia.

5 - Educação, formação e informação - as Cooperativas oferecem educação e treinamento para seus sócios, representantes eleitos, administradores e funcionários para que eles possam contribuir efetivamente para o seu desenvolvimento. Também informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes formadores de opinião sobre a natureza e os benefícios da cooperação.

6 - Intercooperação - as cooperativas atendem seus sócios mais efetivamente e fortalecem o movimento cooperativo trabalhando juntas, e de forma sistêmica, através de estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais, através de Federações, Centrais, Confederações etc.

7 - Compromisso com a comunidade - as Cooperativas trabalham pelo desenvolvimento sustentável de suas comunidades, através de políticas aprovadas pelos seus membros, assumindo um papel de responsabilidade social junto a suas comunidades onde estão inseridas.

Quadro 01: Principais Diferenças entre Cooperativa e Empresa Mercantil

COOPERATIVA	EMPRESA MERCANTIL
União de pessoas que se organizam em sociedade para exercer atividade econômica ou adquirir bens.	Sociedade empresaria. É, geralmente, uma sociedade de capital.
Objetivo principal é a prestação de serviços aos cooperados. O lucro não é finalidade, mas pode ser consequência da realização de uma atividade econômica.	Objetiva a maximização dos lucros para os sócios.
Numero ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços. No entanto, deve ser constituída pelo numero mínimo de 20 pessoas físicas.	Numero ilimitado ou não de acionistas.
Controle democrático: cada pessoa tem direito a um voto, independentemente do capital por ela investido, desde que esteja em pleno gozo dos seus direitos sociais.	Voto proporcional ao capital investido. Quanto mais ações mais participação na votação.
Assembleias Gerais: quorum é baseado no numero de cooperados.	Quando há assembleias o quorum é proporcional ao capital dos sócios.
A cooperativa é estruturada por um capital social e mantida por rateio de despesas. Não é permitida a transferências das quotas-partes deste capital a terceiros, estranhos a sociedade.	Transferência das ações e quotas a terceiros.
O retorno dos excedentes proporcional ao volume das operações.	Lucro proporcional ao capital investido pelo sócio.
Presta serviço aos cooperados, para que eles trabalhem e produzam para si e para a sociedade.	Presta serviços a sociedade. Comercio de qualquer natureza.
A cooperativa deve assegurar o direito de igualdade de todos os cooperados, sejam eles fundadores ou não, membros dos órgãos eletivos ou não. Ou seja, filosófica e legalmente, todos são donos da cooperativa.	Tem mais direitos quem tiver capital.

Fonte: Cartilha do Curso Básico de Cooperativismo realizado pelo SESCOOP/DF.

2.5 O Papel da Extensão Rural

Extensão Rural

Segundo Jones e Garforth (1997), o termo extensão é oriundo das universidades inglesas na segunda metade do século XIX. No começo do século XX, a criação do serviço cooperativo de extensão rural dos Estados Unidos, estruturado com a participação de universidades americanas, conhecidas como land-grant colleges, solidificou naquele país, pela primeira vez na História, uma forma institucionalizada de extensão rural. O modelo de extensão americano foi baseado em iniciativas de conceituação de extensão rural e foi aperfeiçoado com o tempo devido às mudanças conjunturais e peculiaridades da dinâmica e estrutura socioeconômica e cultural local.

A extensão rural no Brasil surgiu por volta de 1948, tendo como base a ideia de que o conhecimento tecnológico, a difusão de novas técnicas agropecuárias por meio da assistência técnica e o apoio financeiro através do crédito contribuiria para o aumento da produção e para a melhoria das condições de vida do meio rural brasileiro. Porém, depois de 1952, o serviço de extensão ganhou cunho muito mais educativo.

Já na década de 1970, a extensão rural continua a se expandir acompanhando a fase desenvolvimentista do Brasil, o chamado “milagre econômico”, no qual, o crédito era farto e subsidiado (CAPORAL, 2010). Nos anos de 1980, com o esgotamento do “milagre” brasileiro e a consequente crise financeira, serviço de extensão toma um novo rumo apresentando como resultados mais visíveis, mas havendo o sucateamento das empresas públicas que ofertavam e em alguns casos até a ausência e perda na qualidade desses serviços aos agricultores de uma forma geral e aos agricultores familiares, em especial (ABRAMOVAY, 2001).

Ainda no que diz respeito à extensão rural, pode-se mencionar que no ano 2003, depois de muitas pressões por parte dos agricultores familiares, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) inclui em sua pauta de políticas públicas a extensão rural voltada para a agricultura familiar institucionalizada em política pública pela lei 12.188 de 2010. Em seu Artigo 2º a Lei, entende-se por Assistência Técnica e Extensão Rural como sendo os serviços de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais (BRASIL, LEI Nº 12.188, 2010).

2.5.1 A extensão rural e o papel de promover o desenvolvimento rural

Gomes (1997) afirma que estes produtores, de modo geral, podem trilhar três caminhos distintos:

- a) perderem seus bens de produção, transformando-se em assalariados rurais ou urbanos;
- b) fecharem-se em sua própria subsistência, garantindo apenas o necessário para manutenção da reprodução de suas famílias, sem condições de responder aos estímulos do mercado;
- c) transformarem-se em empresários rurais, perseguindo os mesmos objetivos do grande produtor.

O caminho que os produtores rurais irão seguir depende de uma série de fatores que, em sua maioria, estão correlacionados aos processos de geração de pesquisas em novas tecnologias, assim como aos órgãos de difusão e à estrutura das organizações de sua categoria, implicando adotar uma postura de disposição em buscar, constantemente, novas interações tecnológicas e também em participar ativamente de processos diferenciados de organização social para suas empresas. O estabelecimento de empresas cooperativas se coloca como alternativa viável para produtores que, isoladamente, encontram dificuldades para otimizar seus trabalhos, comercializar e agregar valor a seu produto final.

De modo geral um dos principais problemas enfrentados pelo produtores da agricultura familiar é a compreensão do acesso ao mercado e o seu funcionamento. Muitos produtores tem o conhecimento empírico suficiente para possibilitar que trabalhem e iniciem sua produção. O desempenho de um empreendimento rural é dependente de inúmeras variáveis, dentre elas podemos destacar: dificuldade no acesso a comercialização; dificuldade quanto a precificação dos produtos; um controle de produção eficiente que defina uma “escala” de produção com a finalidade de prevenir perdas e prejuízos; o auto custo para aquisição de insumos.

A extensão rural tem um papel crucial de levar conhecimentos técnicos e pacotes tecnológicos que possibilitem o melhoramento da vida social, financeira e econômica do produtor rural familiar. Neste contexto podemos perceber a possibilidade de a extensão rural através do cooperativismo pode levar ferramentas administrativas que sejam uteis aos produtores rurais familiares.

Capítulo 3 - Aspectos Metodológicos

A pesquisa realizada neste trabalho pode ser classificada como um estudo de caso, de características documentais e descritivas. Isto porque a investigação terá como base documentos que definem e demonstram a história e a situação do tema analisado. Esta opção se justifica porque o método escolhido permite que se atendam os objetivos propostos no trabalho.

O presente trabalho foi realizado baseando-se em pesquisar e analisar o histórico e acompanhar as atividades realizadas da Cooperativa dos Produtores de Flores e Plantas Ornamentais do Distrito Federal - Multiflor com o intuito de verificar o seu crescimento desde a sua criação até o momento atual e a trajetória, quando associado à Cooperativa, de seus cooperados comparando como era a administração e a renda, provinda das atividades realizadas no ramo da Cooperativa estudada, e suas produções antes e depois de entrarem na Cooperativa, ou seja, acompanhar a evolução financeira e técnica da Cooperativa e de seus cooperados.

Para a aplicação da metodologia utilizada neste trabalho foi feita uma coleta de dados na Cooperativa Multiflor. Para que os dados coletados pudessem ser selecionados, organizados e analisados, foi estudado os seguintes documentos administrativos da Cooperativa:

- Atas das assembleias;
- Planilhas de custos de produção;
- Planilhas de comercialização da Cooperativa;
- Planilhas de comercialização individual de cada cooperado;
- Arquivos referentes aos eventos que aconteceram na Cooperativa desde a sua constituição até o presente momento;
- Arquivos referentes ao apoio técnico e de cursos que foram realizados pela Cooperativa tendo como público alvo os cooperados;
- Relatórios técnicos fornecidos pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER.

Como instrumento de coleta de dados foi utilizado a ferramenta de análise de conteúdo, que possibilita a compreensão da construção dos conceitos e ideias que os atores exteriorizam no desenvolvimento do estudo. Segundo Laville & Dionne (1999), os dados na forma bruta precisam ser preparados para se tornar utilizáveis na construção dos saberes.

Segundo Triviños (1987) as três etapas assinaladas como sendo básicas nos trabalho com a análise de conteúdo são:

- **A pré-análise** onde, a organização do material, ou seja, todos os materiais que serão utilizados para a coletados dados, assim como também outros materiais que podem ajudar a entender melhor o fenômeno e fixar o que o autor define como *corpus* da investigação, que seria a especificação do campo que o pesquisador deve centrar a atenção.
- **A descrição analítica** onde, o material reunido que constitui o *corpus* da pesquisa é mais bem aprofundado, buscando sínteses coincidentes e divergentes de ideias.
- **Interpretação referencial:** onde é realizada a análise propriamente dita. A reflexão, a intuição, com embasamento em materiais empíricos, estabelecem relações com a realidade aprofundando as conexões das ideias, chegando se possível à proposta básica de transformações nos limites das estruturas específicas e gerais.

Capítulo 4 – Análises dos Resultados

Para responder as questões levantadas nos objetivos específicos deste trabalho, foi realizada uma análise documental baseada no histórico da Cooperativa Multiflor, a fim de demonstrar como o papel da extensão rural, na formação do cooperativismo, pode influenciar a produtividade de produtores familiares. Segundo relatos de cooperados e extensionistas da Emater-DF, bem como documentos que descrevem a história da cooperativa, o primeiro passo dado para a criação da cooperativa foi um diagnóstico realizado pelos extensionistas do escritório local da Emater-DF localizado no Núcleo Rural Rio Preto. Como podemos observar no seguinte documento cedido pela Diretoria da Cooperativa Multiflor.

“CARACTERÍSTICAS LOCAIS DO TRABALHO COOPERATIVISTA DA AGRICULTURA FAMILIAR REGIONAL NO RIO PRETO - 2008

O Escritório Local da Emater DF no Núcleo Rural Rio Preto, seguindo os direcionamentos do GDF para o desenvolvimento dos Programas Estruturantes no setor agropecuário, vêm trabalhando desde início de 2008 no sentido de implantar um pólo de produção de flores e plantas ornamentais com os produtores de base familiar da região. Inicialmente duas comunidades de agricultores familiares estão envolvidas neste processo de desenvolvimento local: a Colônia Agrícola São José e os lotes denominados 90 A e 90 E do Núcleo Rural Rio Preto.

Na primeira, as propriedades tem área média de 5 ha., e o solo predominante é o latossolo vermelho de baixa fertilidade. Há escassez de água, principalmente para uso agrícola. Aqui, a floricultura se apresenta como uma opção economicamente rentável que pode levar à comunidade ao aumento da renda familiar a partir das condições de solo, água e recursos financeiros inicialmente existentes.

Nos lotes 90 os produtores tem tradição no plantio de olerícolas e suas propriedades tem bom acesso a água para irrigação e estrutura para o desenvolvimento daquela atividade. Os solos são corrigidos e sua fertilidade, em geral é boa. Neste caso, a floricultura entra como atividade de substituição gradativa de outra existente, uma vez que a produção de olerícolas a nível de pequenos produtores hoje se mostra, na maioria dos casos inviável e não sustentável.

No momento 36 empreendedores compõem o grupo e são orientados pela EMATER DF – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal nos aspectos de produção e organização social. Além de várias reuniões nas comunidades, os empreendedores participaram de cursos iniciais para produção de forrações e plantas ornamentais fruto da parceria EMATER/SENAR, três excursões no DF visitando produtores e comerciantes de flores e plantas, e cinco deles acompanhados pelo técnico da Emater local realizaram uma excursão a Holambra visitando a Hortitec, o mercado de flores e plantas da CEASA Campinas e empreendimentos particulares naquela área. Na última quinzena de julho de 2008 foram realizados o 1º e 2º Encontro de Cooperativismo da Agricultura Familiar onde foi discutida a organização do grupo visando a formação de uma cooperativa através da qual será vendida a produção, adquiridos os insumos, máquinas, equipamentos e serviços necessários para os cooperados assim como a realização de um programa de marketing.

No momento os interessados estão iniciando a produção de composto orgânico para substrato, a aquisição e reprodução de matrizes de forrações de flor e folha na propriedade e avançando nos projetos para financiamento de estufas e viveiros.

No mês de setembro de 2008 será ministrado pela EMATER DF um curso de produção de flores em vasos e em novembro deste mesmo ano o Curso de Produção de Plantas Ornamentais e Flores Tropicais.

A tecnologia para cultivo de flores de corte somente será repassada aos empreendedores após a Cooperativa estar estruturada, reconhecida no mercado e com sua área de comercialização em pleno funcionamento. A previsão é que a partir do mês de dezembro 2008 seja iniciada a comercialização de produtos com a Cooperativa já legalizada. Dentro do programa de marketing, a criação de um site interativo Comprador/Cooperativa e Fornecedor/ Cooperativa será de extrema importância para o fortalecimento do trabalho do grupo e finalmente para a total implantação e sustentabilidade do Pólo Leste de Floricultura.”

Tal documento vem demonstrar o importante papel da extensão rural para a agricultura familiar. Esta caracterização do trabalho cooperativista na agricultura familiar seria não impossível de ser realizada pelos próprios produtores. E devo destacar também que um trabalho deste é essencial para o planejamento da constituição de uma cooperativa. Após este diagnóstico realizado pela Emater, foram realizadas diversas reuniões de dinamização nas comunidades. Nestas reuniões foram detectados os empreendedores familiares que apresentaram maior potencial para a atividade de floricultura.

Entre os participantes das reuniões se destacaram, por seu interesse e disposição, os produtores de base familiar.



Figura 1: Foto cedida pela Cooperativa Multiflor "Primeiro encontro de Cooperativismo"



Figura 2: Foto cedida pela Cooperativa Multiflor "Produtora iniciando sua produção"

A partir destas reuniões e cursos realizados, os produtores familiares começaram sua produção.

O grupo informal foi manifestando a necessidade de se organizar para solução de seus problemas, principalmente a compra de embalagens, substratos e outros insumos para produção. Foram organizadas, apoiadas pela extensão rural, as primeiras compras conjuntas o que demonstrou a diferença dos negócios em grupo.



Figura 3: Foto cedida pela Cooperativa Multiflor "Primeira compra de mudas de plantas"

Os extensionistas da Emater-DF começaram a buscar parcerias com órgãos que pudessem ajuda-los a dar um maior apoio técnico para aquele grupo de produtores. Assim foi firmada uma parceria com o Sescop-DF. O mesmo realizou o primeiro curso de cooperativismo, e a partir daí deu-se início aos processos necessários para a constituição de uma cooperativa.



Figura 5: Foto cedida pela Cooperativa Multiflor "Primeiro Curso de Cooperativismo realizado pelo Sescop-DF"



Figura 4: Foto cedida pela Cooperativa Multiflor "Primeiro curso de Cooperativismo realizado pelo Sescop-DF"

À partir de todas estas ações, foi então constituída a Cooperativa Multiflor conforme Ata de Constituição da Cooperativa Multiflor (Ver anexo1).

Depois de constituída a cooperativa, foram realizadas diversas reuniões com o apoio de técnicos da Emater-DF, onde se discutiam problemas e necessidades dos produtores e da cooperativa. À partir dessas reuniões eram elaboradas metodologias para que os cooperados pudessem passar a elaborar e utilizar diversas ferramentas de gestão, como podemos observar neste trecho da Ata de Reunião realizada em 30 de Janeiro de 2011: “foi levantado a necessidade de um curso para que os cooperados aprendessem a calcular o custo de produção e precificar seus produtos...”. E no trecho da Ata de Reunião Realizada em 05 de Março de 2011: “Será realizado um curso no dia 22/02/2011 para formação de preços e organização/controle de comercialização;”.

Desta forma, nestas reuniões sempre houve trocas de experiências e cursos para que os cooperados pudessem se profissionalizar.

Em encontros realizados pelos cooperados, com o apoio dos técnicos da Emater-DF, foram criadas ferramentas de gestão que seriam de uso tanto para a gestão da cooperativa quanto para a gestão das propriedades dos cooperados, com a finalidade de ajudá-los a controlar melhor suas produções e também a comercialização. Como planilhas de controle e custos de comercialização (ver anexo 2).

Sendo assim, a Cooperativa dos Produtores de Flores e Plantas Ornamentais do DF – MULTIFLOR, que foi fundada no ano de 2008 com 21 integrantes, sendo 15 mulheres dos Núcleos Rurais do Rio Preto e do São José, região administrativa de Planaltina. Após dois anos de funcionamento, mesmo passando por diversos problemas, desde a definição de espécies mais aceitas pelo mercado, da compra de insumos, do controle financeiro e logístico da cooperativa, até a comercialização dos produtos, a MULTIFLOR conquistou a Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP jurídica, ou seja, onde no mínimo 70% de seus integrantes são produtores familiares que possuem a DAP. Hoje a Cooperativa consta com 54 integrantes em seu quadro com 72% de agricultores familiares com a DAP. Desde seu início recebe apoio constante dos técnicos da Emater-DF, Unidade Local da empresa do Rio Preto e da Coordenação do Programa de Floricultura da empresa. Essa DAP foi criada pela Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário **SAF/MDA** e é utilizada como instrumento de identificação do agricultor familiar para acessar políticas públicas como o PRONAF (Programa Nacional de Agricultura Familiar).

No início, a maioria dos produtores não tinha renda certa, ou seja, dependiam exclusivamente de suas famílias para sua sobrevivência. Todas as mulheres do grupo ou trabalhavam com seus esposos no cultivo de hortaliças ou apenas cuidavam das obrigações do lar. Diante a esta oportunidade que surgia, iniciaram suas atividades com produção de flores para forração e flores em vasos como pimentas ornamentais, como torêneas, petúnias, orquídeas e outras, que eram comercializados em feiras e eventos.

O projeto iniciou-se na Colônia Agrícola de São José e na Chácara 90 do Núcleo Rural do Rio Preto. A maioria dos produtores envolvidos com a atividade de floricultura e do artesanato é da na Colônia Agrícola de São José. A Vila de São José possui cerca de 50 casas com suas respectivas famílias que vivem basicamente da venda de serviços aos produtores da região. Além disso, outras 64 famílias possuem propriedades rurais, com área média de aproximadamente 5 hectares, vivendo da produção de hortaliças e da

produção de leite, com dificuldades devido à falta de água. Esta foi uma das razões pelas quais a floricultura foi escolhida e incentivada pelos técnicos da Emater-DF visto que a irrigação é realizada por gotejamento e microaspersão. Já a chácara 90 é formada por propriedades com cerca de 8 hectares e com 14 famílias que também vivem da atividade de produção de hortaliças. Do total de famílias das duas comunidades cerca de 30 fazem parte do projeto da Cooperativa Multiflor com produção de flores e de acessórios para a floricultura e decoração.

Na medida do possível os cooperados vêm procurando diversificar sua produção e melhorar a qualidade de seus produtos e ampliar seu nível de renda. Percebendo a possibilidade de expansão, a cooperativa vem procurando ampliar tanto o número de cooperados familiares, quanto o mix de seus produtos, passando a produzir também flores de corte e paisagismo. Percebendo a necessidade e o acesso de outros produtos que não fossem a produção em si de flores e de plantas ornamentais, surgiu a idéia de se trabalhar com produtos de acessórios para o setor também usando a mão de obra familiar rural para produção de produtos mais elaborados com fibras naturais.

Para alcançar êxito no fortalecimento desta Cooperativa várias frentes de trabalho precisam ser incrementadas como: diagnóstico completo da cadeia produtiva da floricultura no Distrito Federal, ações de comercialização, dispor a Cooperativa de infraestrutura como a implantação do *PackingHouse* em um galpão recentemente cedido por contrato de Concessão de Uso com a Secretaria de Agricultura do DF, estrutura administrativa com computadores e outros equipamentos, capacitações dos produtores e dos técnicos da Emater-DF, inserção dos produtores e da própria empresa na rede mundial de computadores, melhoria da qualidade dos produtos, melhoria da estrutura de produção nas propriedades e infraestrutura de logística de comercialização. Este último, objetivo deste projeto, se tornou um dos principais gargalos para a comercialização visto que as entregas e coletas dos produtos vem sendo realizadas com caminhões alugados e carros cedidos pela Emater-DF quando disponíveis, o que vem dificultando a regularidade das entregas e encarecendo os produtos.

Esta proposta destina-se, pois, resolver os problemas de logística de coleta e de entrega dos produtos o que vai levar a um aumento da produção e regularidade bem como diminuição dos custos de produção. Serão beneficiários desta proposta os produtores e produtoras rurais de flores, de plantas ornamentais e de artesanato da Cooperativa dos Produtores de Flores e de Plantas Ornamentais do Distrito Federal –

Multiflor possibilitando a sua inserção na Cadeia Produtiva da Floricultura do Distrito Federal.

Capítulo 5 - Considerações Finais

O setor da floricultura possui relevante função social, fixando o homem à atividade agrícola e absorvendo mão-de-obra marginal e não transferível (mulheres, adolescentes e indivíduos à margem do mercado de trabalho), sendo recomendada na diminuição do crescente nível de desemprego do País. Também agrega importantes parcelas e segmentos da pequena propriedade e da agricultura familiar, uma vez que a atividade é, em todo o País, conduzida em áreas de tamanho médio de 3,8 hectares, quando voltadas para o cultivo de flores e folhagens de corte e envasadas é de até 6 hectares, em média, quando direcionadas às plantas, palmeiras, arbustos e árvores para jardinagem e paisagismo. Agrega-se a este contingente uma significativa força de trabalho empregada em floriculturas, empresas de decoração, escritórios de paisagismo, centros atacadistas e empresas fornecedoras de serviços diversos.

A floricultura é apontada como sendo, entre os vários segmentos de agronegócio, a atividade com maior capacidade de geração de renda por unidade de área cultivada. O lucro obtido pode ser de cinco vezes superiores ao da fruticultura, e até dez vezes maior do que o obtido no cultivo de grãos.

A inclusão de mulheres, jovens, associações e cooperativas familiares no sistema de produção prova que a inserção de grupos marginais é um dos pontos fortes da floricultura, cumprindo assim importantes metas do governo federal, como é o caso da Cooperativa de produtores familiares - MULTIFLOR, com 22 cooperados, sendo 15 mulheres, fundada no ano de 2008, no Núcleo Rural do Rio Preto, área rural de Planaltina -DF. Este grupo vem trabalhando com apoio da Emater desde seu início, com produção de flores em vaso (Pimentas, petúnias, Torêneas, Orquídeas, entre outras). A cooperativa vem procurando ampliar tanto o número de cooperados familiares, quanto o mix de seus produtos, passando a produzir também flores de corte e paisagismo. Estas ações darão a força necessária para seu fortalecimento e competitividade no mercado do Distrito Federal frente aos grandes atacadistas. Para isso, pretende-se num primeiro momento inserir produtores familiares de plantas ornamentais e de flores de corte hoje fora do processo de associativismo. Hoje seu quadro de cooperados passou para 54 produtores de flores e de plantas ornamentais.

A Cooperativa dos Produtores de Flores e Plantas Ornamentais do DF - MULTIFLOR com seus três anos de funcionamento ainda passa por diversos problemas, desde a definição de espécies mais aceitas pelo mercado, da compra de insumos, do controle financeiro e logístico da venda, até a comercialização dos produtos. A instituição conquistou a Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP jurídica, ou seja, onde no mínimo 70% de seus integrantes são produtores familiares com DAP individuais. Esta declaração foi criada pela Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário SAF/MDA e é utilizada como instrumento de identificação do agricultor familiar para acessar políticas públicas como o PRONAF.

A Multiflor vem procurando ampliar tanto o número de cooperados familiares, quanto o mix de seus produtos, passando a produzir também flores de corte e paisagismo. A Floricultura no Distrito Federal, através da Multiflor, dará oportunidade para mulheres e jovens rurais excluídos socialmente da sociedade de obter renda e aumentar a autoestima e se tornarem cidadãos pequenos empreendedores rurais.

Bibliografia

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC, 1992. 275p.

BATALHA, M. O.; SOUZA Fº, H. M. **Gestão Integrada da Agricultura Familiar**. São Carlos: Udfscar, 2005, 359 p.

BATEMAN e SNELL. **Administração: Construindo vantagem competitiva**. 1.ed. São Paulo: Atlas, 1998.

BORILLI, Salete Pôlonia et AL. *O Uso da Contabilidade Rural como uma Ferramenta*. Ver. **Cien. Empresariais de UNIPAR**, Toledo, v. 6, n. 1, jan./jun., 2005. Disponível em: < <http://revistas.unipar.ler/empresarial/article/view/301/272>>. Acesso em 31 mar 2011.

BRASIL, Lei nº12. 118 de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm

CAPORAL, F. R. In: **Bases para uma nova ater pública**. Santa Maria- RS: Emater/RS, 2010.

CARVALHO, J.M. et al. *O cooperativismo e a dinamização tecnológica e empresarial da agricultura brasileira*. **Cadernos de Administração Rural**. Brasília. v.5, n.1- 2, p.39-50, 1993.

CREPALDI, A. S. **Contabilidade Rural: Uma abordagem decisória**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2005.

CREPALDI, S. A. **Contabilidade Rural: uma abordagem decisória**. São Paulo: Atlas, 2001.

GOMES, S.T. *Os destinos do pequeno produtor*. **Boletim Técnico**. Piracicaba, Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz, 1997.

HOLZ, J. R. **Análise de uma unidade de produção: o caso de uma propriedade familiar de Humaitá**, Bom Progresso. 2006.

JONES, G.E. & GARFORTH, C. *The history, development, and future of agricultural extension*. In: Swanson, Burton E., Bentz, Robert P. and Sofranko, Andrew J. (eds.). **Improving agricultural extension - A reference manual**. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 1997, 316 p. Disponível para download em: <http://www.fao.org>.

KLAES, L.S. **Cooperativismo e ensino a distancia**. Florianópolis/SC. 2005. (Tese de Doutorado em Engenharia de Produção). UFSC

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**. Belo Horizonte: UFMG, 1999. 340 p.

MARION, J. C. **Contabilidade Rural**. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em www.unematnet.br/departamentos/fotodepartamentodownloads2/fot_460ementa_semes_tue_vi. Acesso: 17 nov.2010.

PINHO, D. B. **A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1966

RIOS, G.S.L. **O que é cooperativismo**. 2. ed. São Paulo : Editora Brasiliense, 1989.

SANTOS, G. J.; MARION, J. C.; LEGASTE, S. **Administração de custos da agropecuária**. 3ª São Paulo: Atlas S.a, 2008. 165 p.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. 175 p.

ANEXO 1

ATA DE ASSEMBLÉIA DE CONSTITUIÇÃO DA COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS DO DF- MULTIFLOR

Às 15 horas do dia 17 DE Junho de 2009, no Núcleo Rural Rio Preto – DF 320 Km 10 – prédio EMATER DF – Sala 4, Cep.: 73.310-970 (Área Rural), reuniram-se de livre e espontânea vontade, com o propósito de constituírem uma sociedade cooperativa, nos termos da lei 5.764/71, as seguintes pessoas:

1 – MARIA LUCILENE MARTINS, brasileira, solteira, agricultora, natural de Ubajara/CE, nascida em 02/12/1960, RG Nº 1309862 SSP/DF, CPF Nº 795.365.301-04, residente e domiciliada na Chácara 90 D, Núcleo Rural Rio Preto – Planaltina/DF, Cep.: 73.310-970, subscrevente de 500 cotas partes do valor de R\$ 1,00 (um real) cada totalizando R\$ 500,00 (quinhentos reais);

2 – JAQUELINA MARIA DOS SANTOS, brasileira, casada, agricultora, natural de Cariré/CE, nascida em 26/11/1975, RG Nº 2562860 93 SSP/CE, CPF Nº 417.093.493-87, residente e domiciliada na Chácara 90 A – Núcleo Rural Rio Preto, Planaltina/DF, Cep.: 73.310-970, subscrevente de 500 cotas partes do valor de R\$ 1,00 (um real) cada totalizando R\$ 500,00 (quinhentos reais);

3 – FRANCISCA PEREIRA DA SILVA MORAIS, brasileira, casada, agricultora, natural de Ubajara/CE, nascida em 14/05/1961, RG Nº 2444008, CPF Nº 297.100.811-87, residente e domiciliado na Chácara 90 C, Núcleo Rural Rio Preto, Planaltina/DF, Cep.: 73.310-970, subscrevente de 500 cotas partes do valor de R\$ 1,00 (um real) cada totalizando R\$ 500,00 (quinhentos reais);

4 – REGINA LUCIA DA CUNHA LIMA, brasileira, solteira, agricultora, natural de Brasília/DF, nascida em 31/07/1965, RG Nº 1984229 SSP/BA, CPF Nº 386.023.001-82, residente e domiciliado no Núcleo Rural Rio Preto, casa 92, Planaltina/DF, Cep.: 73.310-970, subscrevente de 500 cotas partes do valor de R\$ 1,00 (um real) cada totalizando R\$ 500,00 (quinhentos reais);

5 - SUELI MARTINS DE OLIVEIRA, brasileira casada, agricultora, natural de Buritis/MG, nascida em 29/09/1960, RG Nº 1168972 SSP/DF, CPF Nº 702.867.871-72, residente e domiciliada na Colônia Agrícola São José, nº 24 – Planaltina/DF,

Cep.: 73.310-970, subscrevente de 500 cotas partes do valor de R\$ 1,00 (um real) cada totalizando R\$ 500,00 (quinhentos reais); **6 – WESLEY MIRANDA DE SOUZA**, brasileiro, solteiro, agricultor, natural de Ceres/GO, nascido em 06/02/1982, RG Nº 1982109 SSP/DF, CPF Nº 976.836.801-25, residente e domiciliado na Chácara 02, Colônia Agrícola São José – Planaltina/DF, Cep.: 73.310-970, subscrevente de 500 cotas partes do valor de R\$ 1,00 (um real) cada totalizando R\$ 500,00 (quinhentos reais); **7 – LÁZARA LUCIANO DE SOUSA FERREIRA**, brasileira, casada, agricultora, natural de Formosa/GO, nascida em 11/09/1962, RG Nº 1620272 SSP/DF, CPF Nº 768.225.911-68, residente e domiciliada na Chácara São José, Fazenda Curral Queimado Planaltina/DF, Cep.: 73.310-970, subscrevente de 500 cotas partes do valor de R\$ 1,00 (um real) cada totalizando R\$ 500,00 (quinhentos reais); **8 – ANTONIO DE CARVALHO**, brasileiro, casado, agricultor, natural de Ubajara/CE, nascido em 30/01/1974, RG Nº 1529519 SSP/DF, CPF Nº 456.775.573-15, residente e domiciliado na Chácara 90 – Planaltina/DF, Cep.: 73.310-970, subscrevente de 500 cotas partes do valor de R\$ 1,00 (um real) cada totalizando R\$ 500,00 (quinhentos reais); **9 – JANAINA MARTINS DE SOUSA**, brasileira, casada, agricultora, natural de Planaltina/DF, nascida em 10/06/1983, RG Nº 2261534 SSP/DF, CPF Nº 013.690.991-42, residente e domiciliada na Chácara 90 D, Núcleo Rio Preto – Planaltina/DF, Cep.: 73.310-970, subscrevente de 500 cotas partes do valor de R\$ 1,00 (um real) cada totalizando R\$ 500,00 (quinhentos reais); **10 – FLÁVIO LUIS CASTIGLIONI**, brasileiro, casado, técnico agropecuário, natural de Brasília/DF, nascido em 04/10/1979, RG Nº 1912275 SSP/DF, CPF Nº 877.762.001-15, residente e domiciliado na Chácara 03, Colônia Agrícola Rajadinha – Planaltina/DF, Cep.: 73.310-970, subscrevente de 500 cotas partes do valor de R\$ 1,00 (um real) cada totalizando R\$ 500,00 (quinhentos reais); **11 - TEREZINHA MIRANDA COSTA DE SOUZA**, brasileira, casada, agricultora, natural de Taiobeiras/MG, nascida em 10/08/1957, RG Nº 941321 SSP/DF, CPF Nº 214.342.551-15, residente e domiciliada em na Chácara 02, Colônia Agrícola São José – Planaltina/DF, Cep.: 73.310-970, subscrevente de 500 cotas partes do valor de R\$ 1,00 (um real) cada totalizando R\$ 500,00 (quinhentos reais); **12 – ARNOLDO CASTIGLIONI AGUILAR**, uruguaio, casado, técnico agropecuário, natural de Montevideo/Uruguai, nascido em 07/07/1951, RG Nº W 618912 K SREDPF,

CPF Nº 145.798.471-72, residente e domiciliado na Chácara 03, Colônia Agrícola Rajadinha – Planaltina/DF, Cep.: 73.310-970, subscrevente de 500 cotas partes do valor de R\$ 1,00 (um real) cada totalizando R\$ 500,00 (quinhentos reais); **13 – SERGIO PEDRO DA SILVA**, brasileiro, casado, agricultor, natural de Itaquitinga/PE, nascido em 10/04/1972, RG Nº 2988602 SSP/DF, CPF Nº 849.838.174-68, residente e domiciliado na área isolada nº03 – Colônia Agrícola Rajadinha 01, Planaltina/DF, Cep.: 73.310-970, subscrevente de 500 cotas partes do valor de R\$ 1,00 (um real) cada totalizando R\$ 500,00 (quinhentos reais); **14 – MARIA NEIDE FERNANDES SARAFIM**, brasileira, solteira, agricultora, natural de Timbiras/MA, nascida em 03/04/1971, RG Nº 1712034 SSP/DF, CPF Nº 839.002.411-04, residente e domiciliado na Chácara 47, Colônia Agrícola São José – Planaltina/DF, Cep.: 73.310-970, subscrevente de 500 cotas partes do valor de R\$ 1,00 (um real) cada totalizando R\$ 500,00 (quinhentos reais); **15 – MARIA APARECIDA GONÇALVES VIANA**, brasileira, solteira, agricultora, natural de Formosa/GO, nascida em 12/11/1982, RG Nº 2042377 SSP/DF, CPF Nº 026.117.231-09, residente e domiciliada na Chácara 50 A, Colônia Agrícola São José – Planaltina/DF, Cep.: 73.310-970, subscrevente de 500 cotas partes do valor de R\$ 1,00 (um real) cada totalizando R\$ 500,00 (quinhentos reais); **16 – MARLENE NATALIA ESTRELA DE SOUZA DA MATA**, brasileira, casada, agricultora, natural de Orizona/GO, nascida em 25/12/1966, RG Nº 1815298 SSP/DF, CPF Nº 783.934.181-00, residente e domiciliada na Chácara 49, Colônia Agrícola São José – Planaltina/DF, Cep.: 73.310-970, subscrevente de 500 cotas partes do valor de R\$ 1,00 (um real) cada totalizando R\$ 500,00 (quinhentos reais); **17 – CÍCERA DE ARAÚJO LIRA MONTALVÃO**, brasileira, casada, agricultora, natural de Mandaguaçu/PR, nascida em 08/03/1958, RG Nº 507642 SSP/DF, CPF Nº 189.828.081-91, residente e domiciliada no Núcleo Rural Rio preto, lote 43 – Planaltina/DF, Cep.: 73.310-970, subscrevente de 500 cotas partes do valor de R\$ 1,00 (um real) cada totalizando R\$ 500,00 (quinhentos reais); **18 – MARIA LUIZA ALVES DA SILVA**, brasileira, casada, agricultora, natural de Bom Jesus da Lapa/BA, nascida em 23/06/1955, RG Nº 341168 SSP/DF, CPF Nº 371.752.031-87, residente e domiciliada na Chácara 09, Colônia Agrícola São José – Planaltina/DF, Cep.: 73.310-970, subscrevente de 500 cotas partes do valor de R\$ 1,00 (um real) cada totalizando R\$ 500,00

(quinhentos reais); **19 - ROSEMARY MORAIS DOS REIS**, brasileira, solteira, agricultora, natural de Brasília/DF, nascida em 21/04/1975, DOC. IDENTIDADE Nº 4198 CREA DF, CPF Nº 690.416.951-68, residente e domiciliada na Chácara 21, Núcleo Rural Rio Preto – Planaltina/DF, Cep.: 73310-970, subscrevente de 500 cotas partes do valor de R\$ 1,00 (um real) cada totalizando R\$ 500,00 (quinhentos reais); **20 – JOEL ALVES DE FARIAS**, brasileiro, solteiro, agricultor, natural de Boa Viagem/CE, nascido em 09/10/1980, RG Nº 2064612 SSP/DF, CPF Nº 001.636.663-85, residente e domiciliado na Chácara 21, Núcleo Rural Rio Preto – Planaltina/DF, Cep.: 73310-970 subscrevente de 500 cotas partes do valor de R\$ 1,00 (um real) cada totalizando R\$ 500,00 (quinhentos reais). Foi aclamado para coordenar os trabalhos o Senhor Antonio de Carvalho, que convidou a mim, Arnaldo Castiglioni Aguilar, para lavrar a presente Ata, tendo participado ainda da mesa as seguintes pessoas: Wilmar Luiz da Silva, Walter Nicoletti Baron e Ivan Engler, Assumindo a direção dos trabalhos, o coordenador, após verificar quorum mínimo de 20 pessoas, solicitou que fosse lido, explicado e debatido o Estatuto da Cooperativa, o que foi feito artigo por artigo. Após minuciosa leitura, o Estatuto foi aprovado pelo voto dos 20 (vinte) cooperados fundadores, cujos nomes estão devidamente consignados nesta Ata. A seguir, o coordenador determinou que se procedesse à eleição dos membros dos órgãos de administração e fiscalização. Procedida à votação, foram eleitos para comporem a Diretoria seguintes cooperados: DIRETORA PRESIDENTE - **MARIA NEIDE FERNANDES SARAFIM**, RG Nº 1712034 SSP/DF, CPF Nº 839.002.411-04; DIRETOR ADMINISTRATIVO E COMERCIAL - **ANTONIO DE CARVALHO**, RG Nº 1529519 SSP/DF, CPF Nº 456.775.573-15; DIRETORA FINANCEIRA - **MARIA APARECIDA GONÇALVES VIANA**, RG Nº 2042377 SSP/DF, CPF Nº 026.117.231-09. Para compor o Conselho Fiscal, foram eleitos os seguintes cooperados; CONSELHEIROS EFETIVOS - **SUELI MARTINS DE OLIVEIRA**, RG Nº 1168972 SSP/DF, CPF Nº 702.867.871-72; **MARIA LUIZA ALVES DA SILVA**, RG Nº 341168 SSP/DF, CPF Nº 371.752.031-87 E **REGINA LUCIA DA CUNHA LIMA**, RG Nº 1984229 SSP/BA, CPF Nº 386.023.001-82; CONSELHEIROS SUPLENTE - **CÍCERA DE ARAÚJO LIRA MONTALVÃO**, RG Nº 507642 SSP/DF, CPF Nº 189.828.081-91; **JOEL ALVES DE FARIAS**, RG Nº 2064612 SSP/DF, CPF Nº

001.636.663-85; e **MARLENE NATALIA ESTRELA DE SOUZA DA MATA**, RG Nº 1815298 SSP/DF, CPF Nº 783.934.181-00. Todos os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal já foram devidamente qualificados nesta Ata. Logo após, os membros eleitos para os órgãos de administração e fiscalização declararam, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração e fiscalização da sociedade, por Lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. Prosseguindo, todos foram empossados nos seus cargos, e o Presidente da Cooperativa, assumindo a direção dos trabalhos, declarou definitivamente constituída, a partir desta data, a **COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS DO DISTRITO FEDERAL - MULTIFLOR**, com sede no Núcleo Rural Rio Preto, DF 320 Km 10 – prédio EMATER DF – Sala 4, **Cep.: 73310-970 (área rural)** que tem por objeto social receber, transportar, padronizar, beneficiar e comercializar a produção dos cooperados, sendo: forrações, flores em vasos, plantas ornamentais e flores de corte. Além de adquirir e repassar aos cooperados bens de produção e insumos necessários ao desenvolvimento das atividades. Como nada mais havia a ser tratado, o Presidente da Cooperativa deu por encerrados os trabalhos às 16 horas do mesmo dia. Eu, *David Frederik da Silva Cavalcante*, funcionando como Secretário da Assembléia, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada por todos, contém as assinaturas dos cooperados fundadores. Certifico ainda que a presente ata é cópia fiel transcrita do Livro de Atas da **COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS DO DISTRITO FEDERAL - MULTIFLOR**.

Brasília, DF, 17 de Junho de 2009

MARIA LUCILENE MARTINS

JAQUELINA MARIA DOS
SANTOS.

FRANCISCA PEREIRA DA SILVA
MORAIS.

REGINA LÚCIA DA CUNHA
LIMA.

SUELI MARTINS DE OLIVEIRA

WESLEY MIRANDA DE SOUZA

LÁZARA LUCIANO DE SOUSA
FERREIRA.

ANTONIO DE CARVALHO

JANAÍNA MARTINS DE SOUSA

FLÁVIO LUIS CASTIGLIONI

TEREZINHA MIRANDA COSTA DE
SOUSA.

ARNOLDO CASTIGLIONI AGUILAR

SERGIO PEDRO DA SILVA

MARIA NEIDE FERNANDES SARAFIM

MARIA APARECIDA GONÇALVES
VIANA

MARLENE NATALIA ESTRELA DE
SOUZA DA MATA

CÍCERA ARAÚJO LIRA MONTALVÃO

MARIA LUIZA ALVES DA SILVA

ROSEMARY MORAIS DOS REIS

JOEL ALVES DE FARIAS

CUSTOS MENSIS DE COMERCIALIZAÇÃO DE FLORES E PORRAÇÕES

ATRAVÉS DE PAGAMENTO DE FRETE PARA 250 KM. POR VIAGEM

(SITUAÇÃO INICIAL - HOJE)

DISCRIMINAÇÃO	UD.	QUANT.	UNIT.	TOTAL
Custo dos serviços do contador	R\$	1	465,00	465,00
Custo dos serviços da secretária (Sal.Mín.)	R\$	1	465,00	465,00
Orelos trabalhados da secretária	R\$	1	155,00	155,00
Valor bruto do frete por viagem de 250 km.	R\$	4	250,00	1.000,00
Custo dos serviços do entregador	R\$	1	465,00	465,00
Orelos trabalhados do entregador	R\$	1	155,00	155,00
Custo do telefone celular na secretária	R\$	1	200,00	150,00
				-
				-
TOTAIS				2.855,00

COMISSÃO E VENDAS DA COOPFERRA IVA POR MÊS (4 VIAGENS)

PRODUTOS	Qd./viagem	Qd./Mês	Preço pago	Valor da compra	Pgo. vda.com.	Total vda.com.	Pgo. vda.rev.	Total vda.rev.
Cuias	50	400	5,50	2.200,00	15,00	6.000,00	6,00	2.400,00
PT 14	150	1.200	2,50	3.000,00	8,00	7.200,00	3,00	3.600,00
PT 10	150	1.200	1,50	1.800,00	3,00	3.600,00	3,00	3.600,00
Jardineiras	20	160	5,50	880,00	14,00	2.240,00	7,00	1.120,00
Porrações	100	800	2,00	1.600,00	4,00	3.200,00	2,50	2.000,00
Pingo de Ouro e outras	1000	8000	0,15	1.200,00	0,40	3.200,00	0,20	1.600,00
				-		-		-
TOTAIS				10.880,00		25.440,00		14.320,00

LUCRO DA COOP. NA VENDA PARA REVEND.	3.840,00
--------------------------------------	----------

SALDO MÊS	R\$ 795,00
-----------	------------

LUCRO DA COOP. NA VENDA AO CONSUMIDOR	14.760,00
---------------------------------------	-----------

SALDO MÊS	R\$ 11.305,00
-----------	---------------

LUCRO PARA O PRODUTOR DE ACORDO COM OS PREÇOS DE VENDA PARA A COOPFERRA IVA (7 de setembro de 2002)

PRODUTO	LUCRO POR UNID.	LUCRO POR 100 UNIDADES				
LUCRO POR CUIA	2,55	255,51				
LUCRO POR PT14	1,24	124,20				
LUCRO POR PT10	0,61	60,65				
LUCRO POR JARDINEIRA	2,55	255,51				
LUCRO POR CX PORRAÇÃO	1,00	99,78				
LUCRO POR PINO DE OURO E OUTRAS	0,08	8,00				

CUSTOS MENSIS DE COMERCIALIZAÇÃO DE FLORES E FORRAÇÕES

ATRAVÉS DE PAGAMENTO DE FRETE PARA 250 KM. POR VIAGEM

(SITUAÇÃO FUTURA)

DISCRIMINAÇÃO	UD.	QUANT.	UNIT.	TOTAL
Custo dos serviços do cortador	R\$	1	465,00	465,00
Custo dos serviços de secretária (Sal.Mín.)	R\$	1,5	465,00	697,50
Direitos trabalhistas da secretária	R\$	1	232,50	232,50
Valor básico do frete por viagem de 250 km.	R\$	8	250,00	2.000,00
Custo dos serviços do entregador	R\$	1,5	465,00	697,50
Direitos trabalhistas do entregador	R\$	1	232,50	232,50
Custo do telefone celular (secretária)	R\$	1	200,00	200,00
Custo do telefone celular cartão (entregador)	R\$	1	50,00	50,00
				-
				-
TOTALS				4.575,00

COMPRAS E VENDAS DA COOPERATIVA POR MÊS (\$ VIAGEM)

PRODUTOS	Qd. Viagem	Qd. /Mês	Preço pago	Valor da compra	Pço. vda. cons.	Total vda. cons.	Pço. vda. rev.	Total vda. rev.
Culas	60	480	5,50	2.640,00	15,00	7.200,00	6,00	2.880,00
PT 14	200	1600	2,50	4.000,00	6,00	9.600,00	3,00	4.800,00
PT 10	200	1600	1,50	2.400,00	3,00	4.800,00	3,00	4.800,00
Jardinetas	40	320	5,50	1.760,00	14,00	4.480,00	7,00	2.240,00
Forrações	300	2400	2,00	4.800,00	4,00	9.600,00	2,50	6.000,00
Pingo de Ouro e outras	1500	12000	0,15	1.800,00	0,40	4.800,00	0,20	2.400,00
				-		-		-
TOTALS				17.400,00		40.480,00		23.120,00

LUCRO DA COOP. NA VENDA PARA REVEND.	6.720,00
LUCRO DA COOP. NA VENDA AO CONSUMIDOR	23.080,00

SALDO MÊS	R\$ 1.145,00
-----------	--------------

SALDO MÊS	R\$ 18.605,00
-----------	---------------

CUSTOS MENSAIS DE COMERCIALIZAÇÃO DE FLORES E FORRAÇÕES

ATRAVÉS DE PAGAMENTO DE FRETE PARA 250 KM. POR VIAGEM

SITUAÇÃO FUTURA ESPERADA - ÉPOCA DAS CHUVAS

DISCRIMINAÇÃO	UD.	QUANT.	UNIT.	TOTAL
Custo dos serviços do cortador	R\$	1	465,00	465,00
Custo dos serviços da secretária (SalMin.)	R\$	1,5	465,00	697,50
Direitos trabalhistas da secretária	R\$	1	232,50	232,50
Valor básico do frete por viagem de 250 km.	R\$	8	250,00	2.000,00
Custo dos serviços do entregador	R\$	1,5	465,00	697,50
Direitos trabalhistas do entregador	R\$	1	232,50	232,50
Custo do telefone celular (secretária)	R\$	1	250,00	250,00
Custo do telefone celular celular (entregador)	R\$	1	80,00	80,00
				-
				-
TOTAIS				4.655,00

COMPRAS E VENDAS DA COOPERATIVA POR MÊS (S VIAGENS)

PRODUTOS	Qd./viagem	Qd./Mês	Preço pago	Valor da compra	Pqo. vds. cons.	Total vds. cons.	Pqo. vds. rev.	Total vds. rev.
Culas	80	640	5,50	3.520,00	15,00	9.600,00	6,00	3.840,00
PT 14	400	3200	2,50	8.000,00	6,00	19.200,00	3,00	9.600,00
PT 10	400	3200	1,50	4.800,00	3,00	9.600,00	3,00	9.600,00
Jardineiras	60	480	5,50	2.640,00	14,00	6.720,00	7,00	3.360,00
Forrações	400	3200	2,00	6.400,00	4,00	12.800,00	2,50	8.000,00
Ping de Ouro e outras	2000	16000	0,15	2.400,00	0,40	6.400,00	0,20	3.200,00
				-		-		-
TOTAIS				27.760,00		64.320,00		37.800,00

LUCRO DA COOP. NA VENDA PARA REVEND.	9.840,00
--------------------------------------	----------

SALDO MÊS	R\$ 6.186,00
------------------	---------------------

LUCRO DA COOP. NA VENDA AO CONSUMIDOR	38.680,00
---------------------------------------	-----------

SALDO MÊS	R\$ 31.806,00
------------------	----------------------